



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

10.673

Presidente da Mesa Diretora: Martins Lima Filho

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Manoel Stalin Costa Cordeiro

Data: 30/04/2024

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 79/2024. Concede título declaratório de Utilidade Pública Municipal à “Associação Mineira de Desenvolvimento Econômico e Social”. (Referente à Lei nº 5. 696, de 16/05/2024).

Controle Interno – Caixa: 25.17

Posição: 01

Número de folhas: 06



Nº 49/2024

14.05.2024

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 79/2024

Lei Nº 5696, de 16/05/2024

AUTOR:

Ver. Manoel Stalin Costa Cordeiro.

ASSUNTO: Concede Título Declaratório de Utilidade Pública a Associação Mineira de Desenvolvimento Econômico e Social.

MOVIMENTO

Entrada dia - 30/04/2024

1 - Comissão Legislação e Justiça.

2 - APROVADO EM REGRAS DE URGÊNCIA

3 - CDA EM 14-05-2024

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -

30-04



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Gabinete do Vereador Manoel Stalin Costa Cordeiro (União Brasil)



PROJETO DE LEI Nº 79 /2024


Concede o Título Declaratório de Utilidade Pública
Associação Mineira de Desenvolvimento Econômico
e Social

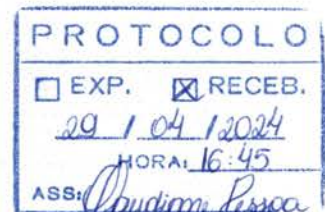
A Câmara Municipal de Montes Claros/MG, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a Entidade Civil legalmente constituída, Sem fins lucrativos, sob a denominação de ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, inscrita no CNPJ sob nº 14.814.455/0001-55, com sede na localidade Avenida Maria Conceição Oliveira, Nº 161, Bairro Vila Oliveira, neste Município de Montes Claros-MG.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 24 de Abril de 2024

Vereador 
Vereador Manoel Stalin Costa Cordeiro
Autor da proposição



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

E JUSTIÇA

EM 23 DE ABRIL DE 2021


PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Atestamos, em razão de requerimento do interessado, que a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, denominada " **ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**" inscrita no CNPJ sob o número 14.814.455/0001-55, funciona regularmente na Rua Argemiro Correia Machado, nº 25, no bairro Cidade Santa Maria, em Montes Claros-MG, CEP: 39.401-079, desde 30/11/2011, conforme comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitido pela Secretaria da Receita Federal. Seu Estatuto está registrado sob o nº 31.783, Livro A-27; protocolo nº 146.859, Livro A-14, em 27 de Junho de 2023, no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, e Ata de Eleição da diretoria registrada sob o nº 31.782, Livro A-27, e protocolo sob nº 146.858, livro A-14, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em 27 de Junho de 2023.

Por serem verdadeiras as informações acima, assino o presente. O requerente fica ciente que informações falsas importam em responsabilidade criminal, nos termos do Artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

Montes Claros, 29 de Abril de 2024


Martins Lima Filho
Presidente da Câmara

MARTINS LIMA FILHO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 79/2024 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação Mineira de Desenvolvimento Econômico e Social.”, de Autoria do Vereador Manoel Stalin Costa Cordeiro.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sobre comento tem por objetivo conceder título declaratório de utilidade pública municipal a Associação Mineira de Desenvolvimento Econômico e Social.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 30 de abril de 2.024.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605

ASSINADO DIGITALMENTE
LUCIANO BARBOSA BRAGA
A conformidade desta assinatura pode ser verificada em:
<http://braga.gov.br/assessor-digital>





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 79/2024

AUTOR: Ver. Manoel Stalin Costa Cordeiro

MATÉRIA: Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Mineira de Desenvolvimento Econômico e Social.

I – RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 30/04/2024 com entrada na Sala das Comissões no dia 30/04/2024.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Mineira de Desenvolvimento Econômico e Social, inscrita no CNPJ 14.814.455/0001-55, com sede na Avenida Maria Conceição Oliveira, nº 161, Bairro Vila Oliveira, neste Município de Montes Claros.

Nos termos do art. 2º do Estatuto, o referido instituto, tem, entre outros objetivos, defender, preservar e conservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável; promover o desenvolvimento econômico e social e combate a pobreza; desenvolver estudos, pesquisas, tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito as atividades rurais.

O presente Projeto de Lei foi instruído com cópia de certidões emitidas pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o Estatuto Social da Associação; comprovante de inscrição e situação cadastral da Pessoa Jurídica; Atestado de Funcionamento; certidões negativas de Tributos Federais, Estaduais e Municipais e documentos pessoais da diretoria da associação.

Destaca-se que a Comissão se reuniu com representantes da Associação Mineira de Desenvolvimento Econômico e Social, no dia 09 de maio de 2024, para conhecer o trabalho desenvolvido pela associação.

Desta forma, verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e atende os requisitos previstos em lei para concessão do título.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2024.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice_Presidente: Ver. Igor Gustavo Dias

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus